

Colégio
M0001Sala
0001Ordem
0001

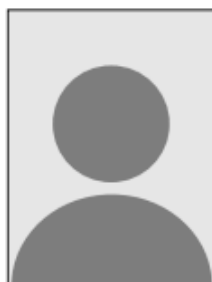
Maio/2026



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
Concurso Público para Provimento de Vagas de
Analista do Ministério Público
Área de Arquivologia

Nome do Candidato
Caderno de Prova '04', Tipo 001Nº de Inscrição
MODELONº do Caderno
TIPO-001Nº do Documento
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Gerais**
Conhecimentos Específicos**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase abaixo, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Economia Verde implica uso racional dos recursos naturais e inclusão social.

- Verifique se este caderno corresponde à sua opção de cargo, se contém 60 questões numeradas de 1 a 60.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-textos, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar, nem qualquer espécie de aparelho eletrônico.
- A duração da prova é de 3 horas, para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Lingua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 8, baseie-se no texto abaixo.

Palavras de amor

Os sentimentos funcionam como picadas de mosquito, que coçamos e recoçamos até que se tornem feridas infectadas e, às vezes, septicemias fatais. Salvo um exercício difícil de autocontrole, qualquer picada pode adquirir uma relevância desmedida. A gente tende a se coçar muito além da conta porque descobre nisso um prazer autônomo.

Por isso mesmo, em geral, não confio nos sentimentos: nem nos meus, nem nos dos outros. Não é que suponho que os humanos mintam quando amam, odeiam, ou se desesperam: nada disso. Apenas verifico que os sentimentos podem ser condições autoinduzidas, transtornos ou desvios produzidos pelos próprios indivíduos que, se não procuram sarna para se coçar (como diz o ditado), no mínimo adoram coçar as sarnas que têm.

Tomemos o exemplo do amor. Eu encontro, conheço ou vislumbro de longe uma pessoa que preenche algumas condições básicas para que eu goste dela. Sussurrando entre quatro paredes ou gritando em praça pública, anotando no meu diário ou escrevendo para grandes editoras, passo a encher o ar ou as páginas com as descrições da beleza inigualável da pessoa amada e com as declarações hiperbólicas do meu sentimento.

Claro, minha prosa ou minha poesia poderão, quem sabe, conquistar o meu objeto de amor, mas esse é um efeito colateral. O efeito mais importante de minhas palavras de amor não é tanto o de seduzir o objeto dos meus sonhos, mas o de eu me apaixonar cada vez mais. Pois a intensidade do meu amor será diretamente proporcional à insistência e à virulência das minhas declarações.

Em linguística chamamos **performativas** aquelas expressões que, ao serem proferidas, constituem o fato do qual elas falam. Exemplo clássico: um chefe de Estado dizendo "Declaro a guerra": essa frase é a própria declaração de guerra. Algo semelhante ocorre com o amor: a gente aprende a amar e a declarar o amor pelas palavras dos escritores, o amor se torna relevante em nossa vida à força de ser idealizado pela literatura. Sim, os tempos mudam, e talvez se afirme hoje, aos poucos, uma retórica nova, menos sentimental, capaz de dar valor literário a uma vida sem amores e paixões.

(Adaptado de CALLIGARIS, Contardo. **Aproveitar a vida e suas dores**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2025, p. 155-157)

1. No que diz respeito à intensidade dos nossos sentimentos, ocorre uma *relevância desmedida* quando
 - (A) as palavras que os exprimem passam a corresponder à sua legítima natureza.
 - (B) eles são autoinduzidos a se alçarem a um patamar superior ao que lhes é próprio.
 - (C) nossas paixões mais íntimas afloram para alcançarem um êxtase real e insuperável.
 - (D) eles identificam com exatidão a identidade dos sujeitos que passam a dominar.
 - (E) eles produzem efeitos colaterais que acabam por revelar suas falsas intenções.

2. Uma declaração de amor será considerada, linguisticamente, **performativa**,
 - (A) no caso de o sujeito valer-se de um batido expediente verbal como "não tenho palavras".
 - (B) quando a literatura nos inspira para que nossas palavras soem como se fossem de amor.
 - (C) quando uma proposição verbal aciona a realização efetiva da paixão declarada.
 - (D) se seus efeitos afetivos secundários de súbito se tornarem seus efeitos principais.
 - (E) se seu desempenho estético se mostrar superior à intensidade real desse sentimento.

3. *Pois a intensidade do meu amor será diretamente proporcional à insistência e à virulência das minhas declarações.* (4^a parágrafo)

Uma compreensão adequada do que afirma o período acima está na seguinte formulação:

 - (A) Meu amor se revela mais intenso quanto mais energizo a forma com que o declaro.
 - (B) Minhas declarações de amor derivam, por vezes, da intensidade do meu sentimento.
 - (C) Mais eu me apaixono, mais eu relativizo a virulência das minhas declarações.
 - (D) À medida que sustento minha paixão, arrefeço o ardor de minhas declarações.
 - (E) Do meu amor desmedido brotam palavras que não lhe fazem inteira justiça.

4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *adquirir uma relevância desmedida* (1^o parágrafo) = ganhar uma importância desmesurada.
 - (B) *podem ser condições autoinduzidas* (2^o parágrafo) = se condicionem automaticamente.
 - (C) *declarações hiperbólicas do meu sentimento* (3^o parágrafo) = laudos bizarros do meu afeto.
 - (D) *virulência das minhas declarações* (4^o parágrafo) = contaminação das confissões minhas.
 - (E) *à força de ser idealizado* (5^o parágrafo) = mediante o peso de uma ideologia.

5. A forma verbal no **plural** é rigorosamente justificável em:
 - (A) A progressão das coceiras em picadas de mosquitos devem-se à nossa própria insistência em coçar.
 - (B) Não nos cabem tratar nossos sentimentos como picadas de mosquitos que tanto estimamos coçarem.
 - (C) Não satisfazem as condições básicas de um amor verdadeiro o talento natural de declará-lo com bom estilo.
 - (D) Costumam derivar das declarações de amor exagerados o efeito colateral da intensificação real de uma paixão.
 - (E) Atribuem-se à idealização da literatura os hábitos persistentes de uma declaração de amor romântica.



6. A expressão “procurar sarna para se coçar” constitui, em linguagem figurada, um sentido equivalente ao da expressão em linguagem denotativa:
- (A) “ir de encontro a um desafio inevitável”.
 (B) “atrair para si um incômodo desnecessário”.
 (C) “desfrutar de uma circunstância aleatória”.
 (D) “envolver-se num prazer desconhecido”.
 (E) “deixar-se levar pela força do acaso”.
-
7. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) A tradição literária é um campo retórico em que recorrem os namorados românticos.
 (B) Os sentimentos mais intensos dos quais nos entregamos nem sempre são justificáveis.
 (C) Uma declaração de guerra começa com palavras aonde nelas já se corporifica a violência.
 (D) Há incômodos em cuja busca nos lançamos, por mais irracional que isso seja.
 (E) O ato de coçar uma picada de mosquito é uma operação para a qual se inclui algum prazer.
-
8. *o amor se torna relevante em nossa vida à força de ser idealizado pela literatura.*
 Sem prejuízo para o sentido do período acima, a oração sublinhada pode ser substituída por esta:
- (A) sendo forçoso que venha a idealizar a literatura.
 (B) por força da literatura por ele idealizado.
 (C) pela determinação da literatura que o idealiza.
 (D) idealizando-se pelo confronto literário.
 (E) graças à idealização de sua literatura.

Atenção: Para responder às questões de números 9 a 14, baseie-se no texto abaixo.

Um inseto sentimental

A primeira frase da crônica é quase sempre a mais difícil, mas quando as palavras aparecem no papel, a mão que segura a caneta fica mais leve e envereda para um lugar desconhecido...

No entanto, basta surgir um inseto para mudar toda a história: o movimento da mão é interrompido pelo intruso, que voa em círculos e zoa com insistência. Uma picada no pescoço ou no braço pode acabar com a alegria de escrever uma crônica, mesmo sabendo que vou reescrevê-la mais tarde. Deixo a caneta na mesa, pego ao acaso uma revista e tento afugentar o intruso. Não há mais silêncio, já me desconcentrou, apagou a ideia luminosa da crônica que nasceria.

Apago a lâmpada: talvez ele se acalme na penumbra. O voo lento pode ser uma trégua e, pensando bem, o inseto não é tão ameaçador assim. De repente, um voo rápido em espiral, e a três palmos ele se equilibra no ar, helicóptero perfeito. Uns segundos depois, navega na horizontal e se refugia numa caixa de papelão.

Acendo a lâmpada, me aproximo da caixa e vejo meu ex-inimigo no centro de uma fotografia antiga. Repousa no rosto de uma mulher ainda jovem, que sorri para a lente do fotógrafo. Pego com cuidado a foto, saio do quarto e o inseto some na tarde morna. Minha mãe me abraça numa manhã de 1960: nós dois aninhados no banco da praça da Matriz, aonde ela levava seu menino para ver o aviário e conversar com os pássaros. Devo essa lembrança ao inseto estranho e sentimental, que me roubou a ideia de uma crônica, mas me deu outra. Agora, quando já escurece, é pegar a caneta e escrever a primeira frase, quase sempre a mais difícil.

(Adaptado de HATOUM, Milton. **Um solitário à espreita**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 11-12)

9. A aparição de um inseto teve como consequência, para o cronista,
- (A) a conversão num outro gênero literário da crônica que estava pronto para escrever.
 (B) uma revolta que só fez crescer ao longo do tempo.
 (C) a oportunidade de praticar uma experimentação literária de caráter surrealista.
 (D) o acionamento de um dispositivo de memórias que ele preferia não mais reavivar.
 (E) uma relevância inimaginável, antes de ele poder retomar sua tarefa de escritor.
-
10. Entre os recursos da elaboração deste texto, pode-se afirmar que
- (A) as expressões *rosto de uma mulher* e *seu menino* acabam por tornar **ambíguas** as identidades dessas personagens.
 (B) na oração *já me desconcentrou* (2º parágrafo) o termo que está subentendido como **sujeito** é “silêncio”.
 (C) a hipótese manifesta em *pode ser uma trégua* é logo **contraditada** pela constatação *não é tão ameaçador assim* (3º parágrafo).
 (D) a afirmação *a caneta fica mais leve e envereda para um lugar desconhecido* (1º parágrafo) constitui uma **personificação**.
 (E) a expressão *Agora (...) é pegar a caneta* (4º parágrafo) considera uma providência **hipotética** a ser tomada.



11. *A primeira frase da crônica é quase sempre a mais difícil, mas quando as palavras aparecem no papel, a mão que segura a caneta fica mais leve (...).*
- No enunciado acima, o segmento sublinhado tem como equivalência de sentido
- (A) muito embora apareçam as palavras
(B) desde que as palavras aparecem
(C) haja vista as palavras aparecerem
(D) contudo se aparecem as palavras
(E) de sorte que as palavras aparecem
-
12. *É plenamente adequada a correlação entre os tempos e modos verbais na frase*
- (A) Ainda que não houvesse aquele transtorno, haverei de ter dificuldade com o início da crônica.
(B) O inseto tornava-se meu ex-inimigo à medida que ia desvendando coisas de que eu já me esquecera.
(C) Presume-se que cada escritor venha a encontrar em seu ofício desafios que não lograsse vencer.
(D) Tão logo passou a voar pela sala, o inseto teria revelado imagens que o autor deu como perdidas.
(E) Não fosse o inseto sentimental, o cronista terá podido escrever uma bela crônica, mas não esta a que desse forma.
-
13. *A supressão da vírgula altera sobremaneira o sentido da frase:*
- (A) Desde que passei a escrever, dedico boa parte do meu tempo às crônicas.
(B) Como que surgindo do nada, um inseto acabou pousando em meu braço.
(C) Quando conferi melhor as imagens do retrato, dei com uma foto antiga de minha mãe.
(D) Com a passagem do tempo, deixei de considerá-lo um inimigo meu.
(E) Sempre estimei as crônicas, que nos fazem próximos da poesia do cotidiano.
-
14. *Todas as formas verbais estão corretamente flexionadas na frase:*
- (A) Se o inseto não tivesse intervindo eu não poderia ter escrito esta crônica.
(B) O editor não quererá acolher esta crônica se eu não revir os deslizes todos.
(C) Um simples inseto não constitui, como se viu, um obstáculo que não se transponha.
(D) A menos que sobrevenha um sério imprevisto, toda manhã escrevo uma crônica.
(E) Deteram-se eles numa rigorosa análise do texto e suprimiram os equívocos.
-

Atenção: Para responder às questões de números 15 a 20, baseie-se no texto abaixo.

Procurar o quê*

O que a gente procura muito e sempre não é isto nem aquilo. É outra coisa.

Se me perguntam que coisa é essa, não respondo, porque não é da conta de ninguém o que estou procurando.

Mesmo que quisesse responder, eu não podia. Não sei o que procuro. Deve ser por isso mesmo que procuro.

Me chamam de bobo porque vivo olhando aqui e ali, nos ninhos, nos caramujos, nas panelas, nas folhas de bananeira, nas gretas do muro, nos espaços vazios.

Até agora não encontrei nada. Ou encontrei coisas que não eram a coisa procurada sem saber, e desejada.

Meu irmão diz que não tenho mesmo jeito, porque não sinto o prazer dos outros na água do açude, na comida, na manja, e procuro inventar um prazer que ninguém sentiu ainda.

Ele tem experiência de mato e de cidade, sabe explorar os mundos, as horas. Eu tropeço no possível e não desisto de fazer a descoberta do que tem dentro da casca do impossível.

Um dia descubro. Vai ser fácil, existente, de pegar na mão e sentir. Não sei o que é. Não imagino forma, cor, tamanho. Nesse dia vou rir de todos.

Ou não. A coisa que me espera, não poderei mostrar a ninguém. Há de ser invisível para todo mundo, menos para mim, que de tanto procurar fiquei com merecimento de achar e direito de esconder.

* Este poema em prosa é de Carlos Drummond de Andrade, e consta do livro **Esquecer para lembrar**, no qual o poeta se dedica a recordar experiências marcantes de sua infância. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979, p. 43.

15. Para o poeta, a ação de procurar
- (A) se revela como o movimento efêmero e caprichoso de um jogo sem claro objetivo.
(B) se apresenta como uma investigação sua voltada a cada dia para um singular objeto.
(C) é representada como sua busca permanente de algo tão essencial quanto indeterminado.
(D) faz ver que a desesperança de encontrar o que ele busca afrouxa seus movimentos.
(E) ocorre com tão precisa determinação que não há incerteza quanto ao sucesso dela.
-



16. Na relação que o menino mantém com um irmão e outros observadores de sua conduta,
- (A) fica evidente a estranheza que todos sentem por ele se dedicar a uma obsessão que consideram tola e inexplicável.
 - (B) ele considera não ver sentido algum nas atividades a que se dedicam todos os seus companheiros de infância.
 - (C) ele acredita que apenas seu irmão seja capaz de equiparar o prazer das atividades físicas com o de uma busca obsessiva.
 - (D) fica claro que ele se sente menos aquinhoado pelo prazer de viver, quando se compara com seus alegres companheiros.
 - (E) parece-lhe natural que os demais meninos se sintam moralmente inferiores a alguém que vive a desafiar os enigmas.
-
17. No contexto do poema, ao afirmar que *de tanto procurar fiquei com merecimento de achar e direito de esconder*, o menino deixa claro
- (A) haver por fim encontrado o que buscou, triunfando agora sobre quem o censurara.
 - (B) estar conformado com a impossibilidade de reconhecer a forma do que buscava.
 - (C) estar certo do mérito da busca incansável e do alto valor do que possa vir a encontrar.
 - (D) o seu mérito de poder esconder algo que não era afinal seu objeto de busca.
 - (E) seu prazer em adiar um compartilhamento que dará tanta satisfação a todos.
-
18. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
- (A) A quem poderia espantar buscas tão incompreensivas, senão aos meninos que cultivam os prazeres físicos da infância?
 - (B) São nas insistências pessoais que se delinea a personalidade dos meninos obcecados e dos poetas renitentes.
 - (C) Juntam-se aos prazeres do menino em sua busca obsessiva a satisfação de uma possível vingança final.
 - (D) Faltava a todos os locais e cantos pesquisados a surpresa que o menino teria caso desse ali pelo que buscava.
 - (E) Há coisas que a ninguém importariam não encontrar, dada a pouca importância que ganham em sua busca.
-
19. Se me perguntam que coisa é essa, não respondo, porque não é da conta de ninguém
A frase acima conservará seu sentido e sua correção caso se substituam os elementos sublinhados, na ordem dada, por
- (A) Caso me perguntem – porquanto a ninguém diz respeito
 - (B) Uma vez ao perguntarem – desde que a ninguém lhe compete
 - (C) Dado que me perguntem – em vista de não o interessar
 - (D) Mesmo que me perguntem – conquanto pouco lhes dirá
 - (E) Ainda que perguntem – a fim de não lhes dar satisfação
-
20. O menino mantém sua busca em alta intensidade, não acatando as sugestões dos companheiros.
Transpondo a frase acima para a voz passiva, seus verbos assumem as seguintes formas:
- (A) sendo mantida – sem mais as acatar
 - (B) tem mantido – não tendo acatado
 - (C) estará mantendo – deixando de acatar
 - (D) seria mantida – não mais as acataria
 - (E) é mantida – não sendo acatadas
-

Noções de Legislação

21. Em conformidade com a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Alagoas (Lei Complementar nº 15/1996), o Conselho Superior do Ministério Público é composto pelo Procurador-Geral de Justiça,
- (A) pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, que o preside, ambos como membros natos, e por cinco Procuradores de Justiça, eleitos pelos integrantes da carreira, com os seus respectivos suplentes, também Procuradores de Justiça.
 - (B) pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, que o preside, ambos como membros natos, e por nove Procuradores de Justiça, eleitos pelos integrantes da carreira, com os seus respectivos suplentes, também Procuradores de Justiça.
 - (C) pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, que o preside, ambos como membros natos, e por nove Procuradores de Justiça, eleitos pelo Conselho Superior do Ministério Público, com os seus respectivos suplentes, também Procuradores de Justiça.
 - (D) que o preside, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, ambos como membros natos, e por cinco Procuradores de Justiça, eleitos pelos integrantes da carreira, com os seus respectivos suplentes, também Procuradores de Justiça.
 - (E) que o preside, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, ambos como membros natos, e por nove Procuradores de Justiça, eleitos pelo Conselho Superior do Ministério Público, com os seus respectivos suplentes, também Procuradores de Justiça.



22. Em conformidade com a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Alagoas (Lei Complementar nº 15/1996), considere:
- I. É o órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público.
 - II. Compete a ele, como órgão de Administração Superior, dentre outras atribuições, decidir sobre vitaliciamento de membros do Ministério Público.
 - III. Compete a ele, dentre outras atribuições, julgar recurso contra decisão condenatória em procedimento administrativo disciplinar.
- Os itens I, II e III referem-se, respectivamente, aos seguintes órgãos:
- (A) Corregedoria Geral do Ministério Público, Conselho Superior do Ministério Público e Colégio de Procuradores de Justiça.
 - (B) Colégio de Procuradores de Justiça, Conselho Superior do Ministério Público e Corregedoria Geral do Ministério Público.
 - (C) Conselho Superior do Ministério Público, Corregedoria Geral do Ministério Público e Colégio de Procuradores de Justiça.
 - (D) Corregedoria Geral do Ministério Público, Colégio de Procuradores de Justiça e Conselho Superior do Ministério Público.
 - (E) Conselho Superior do Ministério Público, Colégio de Procuradores de Justiça e Corregedoria Geral do Ministério Público.
-
23. Em conformidade com a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Alagoas (Lei Complementar nº 15/1996), o procedimento de impugnação do vitaliciamento de Promotor de Justiça em estágio probatório será instaurado e processado
- (A) pelo Conselho Superior do Ministério Público, cabendo recurso das suas decisões ao Colégio de Procuradores de Justiça, que as confirmará ou não, no prazo de trinta dias a contar do recebimento dos autos.
 - (B) pela Corregedoria Geral do Ministério Público, cabendo recurso das suas decisões ao Conselho Superior do Ministério Público, que as confirmará ou não, no prazo de trinta dias a contar do recebimento dos autos.
 - (C) pelo Colégio de Procuradores de Justiça, cabendo recurso das suas decisões ao Conselho Superior do Ministério Público, que as confirmará ou não, no prazo de quinze dias a contar do recebimento dos autos.
 - (D) pelo Conselho Superior do Ministério Público, cabendo recurso das suas decisões à Corregedoria Geral do Ministério Público, que as confirmará ou não, no prazo de quinze dias a contar do recebimento dos autos.
 - (E) pela Corregedoria Geral do Ministério Público, cabendo recurso das suas decisões ao Colégio de Procuradores de Justiça, que as confirmará ou não, no prazo de quinze dias a contar do recebimento dos autos.
-
24. No que concerne ao capítulo que trata das promoções e remoções na carreira do Ministério Público, em conformidade com a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Alagoas (Lei Complementar nº 15/1996),
- (A) é proibida a permuta quando um dos interessados tenha mais de sessenta anos de idade, ou seja, o mais antigo na entrância, ou categoria, que possua mais de vinte e cinco anos de serviço.
 - (B) para a permuta e a remoção a pedido exige-se pelo menos três anos de efetivo exercício do cargo, excetuada, quanto à remoção, a hipótese de nenhum dos interessados preencher esse requisito.
 - (C) a remoção por permuta depende de pedido conjunto dos pretendentes, só pode ser renovada depois de cinco anos e confere direito a ajuda de custo.
 - (D) as remoções dar-se-ão na mesma entrância ou categoria, podendo ser compulsórias, por interesse público e conveniência do serviço, e voluntárias, por antiguidade, merecimento ou permuta.
 - (E) o membro do Ministério Público da Comarca cuja entrância for elevada deixará de exercer, ali, as suas funções, mas, quando promovido, ressalvada a conveniência do serviço, nela continuará lotado, se o requerer no prazo de trinta dias.
-
25. Em conformidade com o Regime Jurídico Único dos Servidores Cíveis do Estado de Alagoas, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais (Lei nº 5.247/1991), às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de inscrição a concurso público para provimento de cargo cujas atribuições estejam aptas a exercer, sendo-lhes reservadas até
- (A) 15% das vagas oferecidas, sendo de 30 dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da posse.
 - (B) 20% das vagas oferecidas, sendo de 30 dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da posse.
 - (C) 5% das vagas oferecidas, sendo de 30 dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da posse.
 - (D) 5% das vagas oferecidas, sendo de 60 dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da nomeação.
 - (E) 15% das vagas oferecidas, sendo de 60 dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da nomeação.
-
26. Considere as situações dos seguintes servidores públicos estáveis:
- I. Gabriela sofreu limitação em sua capacidade física, verificada em inspeção médico-oficial, e foi investida em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a referida limitação.
 - II. Tatiana foi aposentada por invalidez, porém, por terem sido declarados insubsistentes os motivos da sua aposentadoria por junta médica oficial, retornou à atividade.
 - III. Lenara foi demitida, contudo, por ter sido a sua demissão invalidada por decisão judicial, ela foi reinvestida no cargo anteriormente ocupado.
- Em conformidade com o Regime Jurídico Único dos Servidores Cíveis do Estado de Alagoas, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais (Lei nº 5.247/1991), as situações supramencionadas correspondem, respectivamente, a
- (A) reintegração, readaptação e reversão.
 - (B) reintegração, reversão e readaptação.
 - (C) reversão, readaptação e reintegração.
 - (D) readaptação, reintegração e reversão.
 - (E) readaptação, reversão e reintegração.



27. Bento é servidor público ocupante de cargo efetivo há 1 ano. Considerando somente as informações fornecidas, em conformidade com o Regime Jurídico Único dos Servidores Cíveis do Estado de Alagoas, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais (Lei nº 5.247/1991), a exoneração de Bento dar-se-á
- (A) a juízo da autoridade competente, apenas, e, exonerado, não perceberá nenhum tipo de gratificação.
 - (B) a juízo da autoridade competente, apenas, e, exonerado, perceberá sua gratificação natalina, proporcionalmente aos meses de exercícios, calculada sobre a remuneração do mês da exoneração.
 - (C) a pedido dele, ou ainda de ofício, neste caso se resultar apurada, em estágio probatório, sua inaptidão ao exercício do cargo e, exonerado, perceberá sua gratificação natalina, proporcionalmente aos meses de exercícios, calculada sobre a remuneração do mês da exoneração.
 - (D) apenas por falta de exaustão no exercício de suas atribuições, segundo o resultado do processo de avaliação, conforme estabelecido em lei e regulamento, e, exonerado, não perceberá nenhum tipo de gratificação.
 - (E) a pedido dele, ou ainda de ofício, neste caso se resultar apurada, em estágio probatório, sua inaptidão ao exercício do cargo e, exonerado, não perceberá nenhum tipo de gratificação.
-
28. Em conformidade com a lei que dispõe sobre a organização administrativa do Ministério Público do Estado de Alagoas (Lei nº 6.306/2002), são órgãos de administração superior
- (A) o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e as Promotorias de Justiça.
 - (B) as Procuradorias de Justiça e as Promotorias de Justiça.
 - (C) o Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público, os Procuradores de Justiça e os Promotores de Justiça.
 - (D) os Centros de Apoio Operacional, o Centro de Formação e Aperfeiçoamento Funcional, a Comissão de Concurso, a Coordenação de Estágios e as unidades de apoio técnico e administrativo.
 - (E) a Procuradoria-Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e a Corregedoria-Geral do Ministério Público.
-
29. Em conformidade com a lei que dispõe sobre a organização administrativa do Ministério Público do Estado de Alagoas (Lei nº 6.306/2002),
- (A) caberá à Coordenação de Estágios organizar, orientar, dirigir e supervisionar os estágios remunerados ofertados pelo Ministério Público, por período nunca superior a três anos, a universitários matriculados nos três últimos anos do Curso de Direito.
 - (B) à Comissão de Concurso cumpre a seleção de candidatos ao ingresso na carreira do Ministério Público, sendo escolhida pelo Procurador-Geral de Justiça dentre os Procuradores de Justiça, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil na sua composição.
 - (C) o Centro de Formação e Aperfeiçoamento Funcional é uma unidade de instrução submetida à regulamentação pelo Conselho Superior do Ministério Público, responsável pela realização de cursos de aperfeiçoamento funcional e outras atividades afins, objetivando o aprimoramento profissional e cultural dos membros do Ministério Público, de seus auxiliares e funcionários.
 - (D) a Chefia de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça é órgão de assessoramento do Procurador-Geral, no tocante à superintendência administrativa que a ele compete, e será dirigida por profissional com formação de nível superior, nomeado pelo Conselho Superior do Ministério Público, de livre escolha e designação pelo Governador do Estado.
 - (E) a Assessoria de Gabinete é unidade de assessoramento imediato do Procurador-Geral de Justiça, relativamente às funções do gabinete deste, e compõe-se de dez auxiliares nomeados pelo Conselho Superior do Ministério Público.
-
30. Em conformidade com o Regime Jurídico Único dos Servidores Cíveis do Estado de Alagoas, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais (Lei nº 5.247/1991), considere:
- I. A redistribuição dar-se-á exclusivamente para ajustamento de quadro de pessoal às necessidades dos serviços, exceto nos casos de reorganização de órgãos ou entidades.
 - II. Dar-se-á a remoção, a pedido, para outra localidade, independentemente de vaga, para acompanhar cônjuge ou companheiro ou dependente enfermo, condicionada à comprovação, por junta médica, da indispensabilidade da providência.
 - III. É vedada, em qualquer hipótese, a consignação em folha de pagamento de servidor público a favor de terceiros.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II e III.
 - (B) II, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) I e II, apenas.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. A respeito das normas internacionais de descrição arquivística, é correto afirmar que a
- (A) ISAD(G), Norma geral internacional de descrição arquivística, estabelece regras específicas para a descrição de documentos digitais, substituindo a necessidade de normas complementares.
 - (B) ISDF, Norma internacional para descrição de funções, tem como objetivo principal orientar a preparação da descrição de funções de entidades coletivas associadas à produção e à manutenção de arquivos.
 - (C) ISAAR(CPF), Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias, é voltada exclusivamente para a descrição de documentos textuais, não sendo aplicável a entidades produtoras.
 - (D) ISDIAH, Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico, trata exclusivamente da descrição de documentos iconográficos, com foco em acervos fotográficos.
 - (E) NOBRADE, Norma brasileira de descrição arquivística, é uma norma internacional que substituiu integralmente a ISAD(G) no Brasil.
-
32. A Lei nº 8.159/1991 estabelece princípios e diretrizes para a política nacional de arquivos públicos e privados. Considerando seus dispositivos e a interpretação consolidada na literatura arquivística brasileira, representa, de forma juridicamente adequada, a aplicação do princípio da gestão documental previsto na legislação o que consta em:
- (A) Classificação de documentos sigilosos por prazo indeterminado, quando houver risco potencial à imagem institucional do órgão produtor.
 - (B) Eliminação de documentos digitais de valor permanente após sua migração para novo sistema, desde que garantida a autenticidade dos metadados.
 - (C) Transferência de documentos intermediários para instituições privadas, mediante contrato de comodato, quando houver insuficiência de espaço físico no órgão produtor.
 - (D) Digitalização de documentos correntes como forma de substituição legal dos originais, independentemente de requisitos técnicos de autenticidade e integridade.
 - (E) Implementação de procedimentos de avaliação documental que articulem produção, tramitação, uso e destinação, visando racionalizar o ciclo de vida dos documentos.
-
33. Segundo a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011),
- (A) órgãos e entidades públicas devem divulgar, independentemente de solicitação, um rol mínimo de informações de interesse coletivo ou geral.
 - (B) informações classificadas como ultrassecretas têm prazo máximo de sigilo de 50 anos, prorrogáveis indefinidamente.
 - (C) seu conteúdo aplica-se impreterivelmente aos órgãos da administração pública direta federal.
 - (D) informações pessoais não são protegidas pela LAI, e sim pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
 - (E) mecanismos de recursos administrativos não estão previstos em seus artigos.
-
34. A relação entre arquivos, memória e patrimônio cultural está corretamente resumida em:
- (A) A função cultural dos arquivos é secundária e não possui respaldo na legislação, seja brasileira ou internacional.
 - (B) Arquivos não são considerados bens culturais, pois sua função é exclusivamente administrativa.
 - (C) A memória institucional é construída apenas a partir de documentos de valor permanente.
 - (D) Arquivos podem ser reconhecidos como patrimônio cultural, pois contribuem para a construção da memória social.
 - (E) A preservação de arquivos não tem qualquer relação com identidade coletiva.
-
35. De acordo com a teoria arquivística, o princípio da
- (A) ordem original recomenda reorganizar documentos para facilitar o acesso.
 - (B) proveniência determina que documentos sejam organizados por assunto, independentemente de sua origem.
 - (C) organicidade refere-se à relação natural entre documentos produzidos no âmbito das atividades da entidade produtora.
 - (D) unicidade afirma que documentos arquivísticos não podem existir em múltiplas vias.
 - (E) cumulatividade determina que documentos arquivísticos devem ser eliminados após cumprirem sua função administrativa.
-
36. Considerando os conceitos fundamentais empregados na terminologia arquivística brasileira, a definição compatível com o entendimento técnico adotado pela literatura especializada é:
- (A) Fundo de arquivo é o conjunto de documentos reunidos artificialmente por tema ou assunto.
 - (B) Documento arquivístico é qualquer informação registrada, independentemente de sua relação com atividades institucionais.
 - (C) Série documental é a sequência de documentos produzidos por uma mesma atividade ou função administrativa.
 - (D) Dossiê é o conjunto de documentos acumulados por diferentes órgãos, que tratam do mesmo tema.
 - (E) Arquivo permanente é o conjunto de documentos que ainda estão em uso corrente pela administração.



37. Na diplomática contemporânea, a tipologia documental é compreendida como
- (A) a organização dos documentos por assunto, independentemente de sua função administrativa.
 - (B) a classificação dos documentos segundo seu suporte físico.
 - (C) a identificação das espécies documentais de acordo com sua forma externa.
 - (D) a análise dos documentos considerando apenas seu conteúdo informacional.
 - (E) o estudo das características formais e funcionais que definem um tipo documental.
-
38. Considerando os princípios que orientam o planejamento e a administração de arquivos em instituições públicas e privadas, a opção que apresenta diretriz compatível com as práticas recomendadas pela literatura arquivística é:
- (A) o planejamento arquivístico deve estruturar-se em etapas integradas que envolvem diagnóstico, definição de objetivos, previsão de recursos e avaliação contínua.
 - (B) a construção de arquivos públicos deve priorizar áreas de armazenamento, reduzindo espaços administrativos e dispensando áreas voltadas para a comunidade.
 - (C) a política arquivística institucional brasileira deve ser elaborada exclusivamente pelo setor de tecnologia da informação.
 - (D) a administração de arquivos permanentes em instituições públicas dispensa normas de segurança e de controle ambiental.
 - (E) a organização de arquivos públicos deve ser orientada exclusivamente pela demanda de seus usuários.
-
39. De acordo com a Teoria das Três Idades, que estabelece a classificação dos documentos segundo seu ciclo de vida, a idade
- (A) corrente constitui-se por documentos de valor histórico, destinados à guarda permanente.
 - (B) corrente é marcada pelo uso frequente dos documentos nas atividades administrativas.
 - (C) intermediária corresponde ao período em que os documentos são consultados diariamente.
 - (D) permanente destina-se a documentos que perderam seu valor administrativo, informativo e histórico.
 - (E) intermediária caracteriza-se pela existência de depósitos permanentes para documentos sigilosos.
-
40. No contexto das práticas de gestão de documentos, que envolvem análise funcional, racionalização de fluxos informacionais e tomada de decisão sobre o ciclo de vida documental, é fundamental considerar que
- (A) o uso dos documentos não exerce influência na definição de seus prazos de guarda.
 - (B) o estímulo constante da produção documental é necessário para ampliar o volume de informações disponíveis à administração.
 - (C) o fluxo documental corresponde exclusivamente à movimentação física dos documentos entre setores.
 - (D) a destinação constitui etapa estratégica, orientando decisões sobre guarda permanente, transferência ou eliminação de documentos com base em critérios técnico-funcionais.
 - (E) a gestão de documentos aplica-se apenas a documentos nato-digitais e digitalizados.
-
41. No contexto da classificação de documentos arquivísticos,
- (A) a codificação documental é opcional e não interfere na recuperação da informação.
 - (B) a classificação deve ser realizada após a avaliação documental, pois depende da definição dos prazos de guarda.
 - (C) o plano de classificação organiza documentos por assunto, independentemente das funções institucionais.
 - (D) a classificação é um processo que organiza documentos segundo as funções e atividades da entidade produtora.
 - (E) a classificação deve ser refeita sempre que houver mudança na estrutura organizacional, eliminando-se o plano anterior.
-
42. No âmbito das atividades de protocolo, o registro
- (A) consiste na eliminação de documentos duplicados antes de sua tramitação.
 - (B) é a etapa em que o documento recebe identificação única para controle.
 - (C) ocorre apenas entre setores externos à instituição.
 - (D) é o processo de arquivamento definitivo de documentos.
 - (E) é realizado apenas em documentos nato-digitais.
-
43. Sobre o processo de indexação em arquivos, deve-se considerar que
- (A) as linguagens de indexação controladas reduzem ambiguidades e padronizam a representação temática.
 - (B) a indexação automática substitui completamente a indexação humana, especialmente em documentos textuais e iconográficos.
 - (C) os descritores são palavras escolhidas livremente pelo indexador, sem relação com vocabulários controlados.
 - (D) a indexação pós-coordenada exige que os termos sejam combinados previamente pelo indexador.
 - (E) a indexação não é necessária para o processo de recuperação da informação.



44. No contexto dos sistemas e métodos de arquivamento utilizados para organizar conjuntos documentais segundo critérios de recuperação, identificação e racionalidade funcional, a proposta correta é a do método
- (A) numérico simples, que utiliza códigos alfanuméricos para representar assuntos.
 - (B) geográfico, que organiza documentos por datas de produção.
 - (C) numérico cronológico, que organiza documentos pela ordem de entrada ou produção.
 - (D) alfabético, que organiza grandes volumes documentais.
 - (E) ideográfico, que organiza documentos por ordem de criação institucional.
-
45. No âmbito das políticas de gestão de documentos, o principal objetivo da avaliação documental é
- (A) ser um processo estático, realizado apenas uma vez pela instituição.
 - (B) definir como valor primário dos documentos o seu uso histórico.
 - (C) definir como valor secundário dos documentos sua relação com as atividades administrativas correntes.
 - (D) eliminar documentos sem autorização formal da autoridade máxima da instituição, desde que haja justificativa técnica.
 - (E) confeccionar a tabela de temporalidade para definição dos prazos de guarda e destinação dos documentos.
-
46. Em um projeto de descrição arquivística multinível, um arquivista identifica que diferentes fundos possuem entidades produtoras relacionadas entre si por vínculos sucessórios complexos, incluindo fusões, desmembramentos e mudanças de jurisdição administrativa ao longo do tempo. Considerando os princípios e elementos da ISAAR(CPF), o procedimento que assegura a representação mais adequada dessas transformações institucionais no registro de autoridade arquivística é:
- (A) Representar as transformações institucionais exclusivamente na área de História Administrativa/Biográfica, sem utilizar a área de Relações, pois a ISAAR(CPF) considera as relações como elementos opcionais e não essenciais para a contextualização.
 - (B) Registrar cada entidade sucessora como uma nova descrição de autoridade, vinculando-as exclusivamente por relações hierárquicas ascendentes, pois a ISAAR(CPF) determina que relações de sucessão devem ser tratadas como subtipos de relações hierárquicas.
 - (C) Criar uma única descrição de autoridade para todas as entidades envolvidas, consolidando suas mudanças estruturais em um único histórico administrativo, pois a ISAAR(CPF) recomenda evitar múltiplos registros quando há continuidade funcional.
 - (D) Criar registros de autoridade distintos apenas quando houver mudança simultânea de nome e função, pois a ISAAR(CPF) define que alterações exclusivamente estruturais não justificam novos registros.
 - (E) Elaborar descrições de autoridade separadas para cada entidade, registrando as relações de sucessão (antecessora/sucessora) e outras relações pertinentes, utilizando os elementos obrigatórios da área de Relações, de modo a representar formalmente as transformações institucionais ao longo do tempo.
-
47. No contexto da descrição arquivística, define corretamente a natureza dos instrumentos de pesquisa:
- (A) Inventários são utilizados apenas para controle de bens patrimoniais móveis, não de documentos.
 - (B) Guias, inventários e catálogos são instrumentos de pesquisa que auxiliam na localização e compreensão dos fundos documentais.
 - (C) Catálogos descrevem exclusivamente documentos iconográficos e museológicos.
 - (D) Instrumentos de pesquisa não precisam seguir padrões de descrição, pois são apenas auxiliares.
 - (E) A elaboração de instrumentos de pesquisa é incompatível com a descrição multinível.
-
48. No âmbito da preservação de acervos, considera-se
- (A) que a digitalização dispensa medidas de conservação preventiva para documentos em papel.
 - (B) a priorização de intervenções diretas e individuais em cada documento.
 - (C) o uso de qualquer tipo de escova doméstica para a higienização mecânica de documentos.
 - (D) o controle ambiental um dos principais fatores de conservação preventiva.
 - (E) dispensável a segurança patrimonial para a conservação dos documentos.
-
49. Para o correto acondicionamento de documentos, as boas práticas da conservação indicam o uso de
- (A) papelão, diretamente sobre o piso, para o armazenamento de documentos de grande formato em suporte papel, evitando a queda de estantes.
 - (B) caixas de papelão comum, adequadas para guarda permanente, desde que mantidas em local seco.
 - (C) materiais estáveis, isentos de ácido e adequados ao suporte documental.
 - (D) plásticos flexíveis como embalagens primárias para qualquer tipo de documento.
 - (E) material reciclado para a confecção de bifólios para a guarda de fotografias e documentos textuais avulsos.



50. A reformatação de acervos é uma aliada real das instituições arquivísticas, uma vez que
- (A) a microfilmagem e a digitalização podem ser estratégias de preservação e acesso, desde que observados requisitos técnicos e legais.
 - (B) o sistema híbrido, enquanto processo obsoleto, foi substituído pela microfilmagem de preservação.
 - (C) a digitalização substitui automaticamente o original, que pode ser eliminado sem critérios.
 - (D) a digitalização garante, por si só, a autenticidade e a confiabilidade dos documentos.
 - (E) o sistema híbrido possibilita a substituição dos originais devido ao respaldo legal no Brasil.
-
51. Sobre a preservação de documentos digitais a longo prazo, a
- (A) preservação digital dispensa o uso de metadados, pois estes são opcionais.
 - (B) migração de arquivos para novos formatos garante, por si só, a preservação digital.
 - (C) autenticidade de documentos digitais é garantida automaticamente pelo uso de sistemas informatizados.
 - (D) preservação digital depende de políticas institucionais que incluam procedimentos, responsabilidades e requisitos técnicos.
 - (E) preservação digital apresenta incompatibilidade com repositórios digitais confiáveis.
-
52. No âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil),
- (A) a assinatura digital utiliza criptografia simétrica para garantir autenticidade.
 - (B) a criptografia assimétrica utiliza um par de chaves, sendo uma pública e outra privada.
 - (C) a ICP-Brasil é responsável por emitir certificados digitais diretamente aos usuários finais.
 - (D) a assinatura digital não possui validade jurídica no território nacional.
 - (E) a criptografia simétrica é utilizada para assinaturas digitais e não para sigilo.
-
53. A ética profissional exige que o arquivista
- (A) seja parcial, princípio ético relevante para o trabalho arquivístico.
 - (B) restrinja o acesso a documentos públicos sem justificativa, desde que considere adequado.
 - (C) mantenha sigilo sobre informações classificadas ou de caráter pessoal.
 - (D) priorize interesses institucionais, mesmo que contrariem a legislação arquivística.
 - (E) não aplique os princípios éticos ao tratamento de documentos digitais.
-
54. A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011)
- (A) estabelece que informações de interesse coletivo devem ser divulgadas independentemente de solicitação.
 - (B) permite a classificação de informações por prazo indeterminado, admitindo que certos conteúdos permaneçam sigilosos sem a necessidade de definição prévia de um período máximo de restrição.
 - (C) aplica-se apenas ao Poder Executivo federal, restringindo seu alcance e excluindo os demais poderes e esferas federativas do cumprimento das normas de transparência e acesso à informação.
 - (D) impede o acesso a qualquer informação pessoal, estabelecendo vedação absoluta que não admite exceções, mesmo quando houver interesse público ou previsão legal que autorize a divulgação.
 - (E) não prevê mecanismos de recurso administrativo, impossibilitando que o solicitante questione decisões negativas e impedindo a revisão por instâncias superiores dentro da própria administração pública.
-
55. No contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e das diretrizes de governança e tratamento da informação previstas no MoReq-Jus, é correto afirmar que
- (A) o tratamento de dados pessoais deve observar princípios como finalidade, necessidade e transparência, assegurando que as operações realizadas estejam alinhadas às bases legais da LGPD e aos requisitos de governança, rastreabilidade, segurança e controle previstos no MoReq-Jus para sistemas de gestão documental e ambientes institucionais.
 - (B) a LGPD se aplica exclusivamente a dados tratados por meios digitais, restringindo seu alcance apenas às operações informatizadas e desconsiderando, inclusive, os procedimentos manuais e híbridos contemplados pelo MoReq-Jus como parte do ciclo de vida dos documentos e dos requisitos de gestão da informação.
 - (C) dados pessoais sensíveis incluem qualquer informação disponível em redes sociais, ampliando de forma indevida o conceito legal e ignorando que o MoReq-Jus prevê classificações específicas de informação que não se confundem com a definição restrita de sensibilidade estabelecida pela LGPD.
 - (D) a LGPD impede qualquer forma de compartilhamento de dados entre órgãos públicos, estabelecendo uma vedação absoluta que contraria tanto as bases legais previstas na própria lei quanto os requisitos de interoperabilidade e troca segura de informações definidos pelo MoReq-Jus para ambientes institucionais.
 - (E) dados anonimizados são considerados dados pessoais para todos os efeitos legais, mantendo-se integralmente sujeitos às regras da LGPD e desconsiderando que o MoReq-Jus prevê mecanismos de anonimização e pseudonimização justamente para diferenciar informações identificáveis daquelas que não permitem reidentificação razoável.



56. A segunda edição do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (MoReq-Jus) estabelece diretrizes que impactam diretamente a governança da informação no Judiciário. Considerando seu conteúdo normativo e sua articulação com padrões arquivísticos e de preservação digital, tal documento
- (A) restringe-se à descrição de fluxos processuais, não contemplando requisitos de preservação digital nem mecanismos de rastreabilidade para garantir autenticidade e integridade documental.
 - (B) define requisitos funcionais e não funcionais que incluem captura, classificação, preservação digital, cadeia de custódia, interoperabilidade e metadados, alinhando-se a normas arquivísticas, como o e-ARQ Brasil, e a modelos de referência, como o OAIS.
 - (C) estabelece que sistemas judiciais devem priorizar armazenamento local e isolado, desestimulando interoperabilidade e integração com plataformas nacionais, como o Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe e a Base Nacional de Dados do Poder Judiciário – DataJud.
 - (D) substitui integralmente normas arquivísticas e de gestão documental vigentes no Brasil, tornando desnecessária a aplicação de instrumentos como tabelas de temporalidade e planos de classificação.
 - (E) aplica-se exclusivamente a documentos físicos digitalizados, não abrangendo documentos nativamente digitais nem requisitos de metadados estruturados.
-
57. O Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (MoReq-Jus, 2ª edição) estabelece diretrizes que impactam diretamente a autenticidade, a preservação e a interoperabilidade dos documentos judiciais. Considerando seus requisitos funcionais e não funcionais, tal documento
- (A) orienta que a eliminação de documentos digitais seja realizada automaticamente pelo sistema, sem necessidade de vinculação a tabelas de temporalidade ou a políticas arquivísticas institucionais.
 - (B) recomenda que a preservação digital seja realizada exclusivamente por meio de backups periódicos, dispensando estratégias como migração de formatos, normalização e verificação de integridade.
 - (C) estabelece que a interoperabilidade entre sistemas judiciais deve ocorrer apenas por exportação manual de documentos, não contemplando padrões estruturados de metadados ou APIs (*Application Programming Interfaces*) de integração.
 - (D) define que documentos judiciais nativos digitais podem ser armazenados sem metadados obrigatórios, desde que o sistema garanta acesso contínuo ao conteúdo informacional.
 - (E) determina que sistemas judiciais implementem mecanismos de cadeia de custódia digital baseados em registro de eventos, controle de versões, metadados de proveniência e trilhas de auditoria, assegurando rastreabilidade completa ao longo do ciclo de vida dos documentos.
-
58. A Resolução CNJ nº 574/2024, do Conselho Nacional de Justiça, introduz obrigações que impactam diretamente a governança da informação, a infraestrutura tecnológica e a conformidade arquivística das instituições. Considerando seu conteúdo normativo e sua articulação com modelos e padrões correlatos, a referida resolução
- (A) permite que cada tribunal defina livremente seus próprios requisitos de preservação digital, sem necessidade de aderência a normas arquivísticas nacionais ou a modelos de referência internacionais.
 - (B) autoriza que documentos digitais permanentes sejam preservados exclusivamente em sistemas processuais, dispensando o uso de repositórios digitais confiáveis ou de metadados estruturados.
 - (C) estabelece que a interoperabilidade entre sistemas judiciais deve ocorrer apenas por meio de exportação manual de documentos, vedando o uso de APIs, padrões de metadados ou protocolos de integração automatizada.
 - (D) determina que os tribunais implementem políticas institucionais de preservação digital alinhadas ao MoReq-Jus e ao modelo OAIS, incluindo requisitos de autenticidade, integridade, metadados de preservação e mecanismos de cadeia de custódia digital.
 - (E) substitui integralmente o MoReq-Jus e o e-ARQ Brasil, tornando desnecessária a adoção de requisitos funcionais e não funcionais para sistemas de gestão documental.
-
59. A Resolução CNJ nº 574/2024, do Conselho Nacional de Justiça, estabelece que
- (A) documentos digitais devem ser convertidos para PDF e eliminados após 10 anos.
 - (B) documentos digitais devem ser preservados sem metadados, desde que armazenados em nuvem.
 - (C) cada órgão deve definir seus padrões de metadados, sem necessidade de padronização.
 - (D) apenas documentos judiciais devem ser tratados pelo dispositivo, excluindo-se documentos administrativos.
 - (E) repositórios digitais devem atender a requisitos de autenticidade, integridade e acessibilidade.
-
60. A Resolução CNJ nº 522/2023, do Conselho Nacional de Justiça, trata de
- (A) uso de inteligência artificial para julgamento automatizado.
 - (B) regras para contratação de serviços de Tecnologia da Informação pelos tribunais.
 - (C) política de gestão documental e de memória do Poder Judiciário.
 - (D) eliminação dos documentos físicos do CNJ após sua digitalização.
 - (E) possibilidade de substituir integralmente a Resolução CNJ nº 324/2020.